

Autorrepresentação e liberdade

Edson Alves de Souza Filho
Ana Carolina Falcão Coêlho

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

Anderson Scardua

*Universidade Federal de Campina Grande
Cuité, PB, Brasil*

RESUMO

Investigamos as relações entre autorrepresentação e concepções de liberdade. Perguntamos “Quem é você? Apresente-se como quiser” e “O que é liberdade para você?” a 117 participantes jovens de 19 a 34 anos. Os dados sobre a autoapresentação foram organizados em eu-Afirmativo, eu-Adaptativo e Intermediário, já sobre a liberdade foram categorizados em cinco temas: “liberdade afirmativa”; “liberdade condicionada”; “liberdade reivindicatória”; “liberdade como não ação/pensamento”; “liberdade negada”. Todos os grupos formados de acordo com a autoapresentação tenderam à “liberdade afirmativa” e, simultaneamente, a referir-se à “liberdade condicionada”. Mas, os que se autoapresentaram como Afirmativos, manifestaram mais “liberdade reivindicatória”, assim como os Adaptativos e Intermediários também ressaltaram “liberdade como não ação/pensamento” e “liberdade negada”. A comparação entre homens e mulheres a respeito das representações da liberdade, indicou que os primeiros mostraram mais “liberdade afirmativa” associada à “liberdade reivindicatória”, enquanto as últimas manifestaram mais “liberdade como não ação/pensamento” e “liberdade negada”.

Palavras-chave: Autorrepresentação; liberdade; gênero; minoria social.

ABSTRACT

Self-representation and freedom

We investigated the relationships between self-representations and conceptions of freedom. We asked: “Who are you? Introduce yourself as you like” and “What is it freedom for you?” to 117 participants in the age range of 19-34 years. The self-introductions data were defined as Affirmative; Adaptive; and, Intermediate. The data about freedom were categorized as: “affirmative freedom”; “conditioned freedom”; “demanding freedom”; “freedom as non action/thought”; “denied freedom”. All groups formed according to self-introduction tended to utter “affirmative freedom” and, simultaneously, to refer to “conditioned freedom”. However, those who self-introduced as Affirmative manifested more “demanding freedom”, as well as those who self-introduced as Adaptive and Intermediate tended to “affirmative freedom”, while also highlighting “freedom as non action/thought, but also as “denied freedom”. The comparison between men and women regarding freedom’s conceptions showed that the former tended to “affirmative freedom” associated with “demanding freedom”, while the latter manifested more “freedom as non action/thought”, and “denied freedom”.

Keywords: Self-representation; freedom; gender; social minority.

RESUMEN

Auto-representación y libertad

Investigamos las relaciones entre auto-representación y concepciones de libertad. Preguntamos “¿Quién eres tu? Preséntese como quiera” y “¿Que es libertad para ti?” a 117 participantes de 19 a 34 años. Los datos sobre autopresentación fueron organizados en yo-afirmativo, yo-adaptativo e Intermediario, mientras que sobre libertad fueron categorizados en cinco temas: “libertad afirmativa”; “libertad condicionada”; “libertad reivindicatoria”; “libertad como no acción/pensamiento”; “libertad negada”. Todos los grupos formados de acuerdo en torno de la auto-representación tendieron a la “libertad afirmativa” y, simultáneamente, a referirse a la “libertad condicionada”. Sin embargo, los que se autopresentaron como Afirmativos, manifestaron más “libertad reivindicatoria”, al mismo tiempo que los Adaptativos e Intermediarios también resaltaron “libertad como no acción/no pensamiento” y “libertad negada”. La comparación entre hombres y mujeres con respecto de las representaciones de la libertad, ha indicado que los primeros mostraron más “libertad afirmativa” asociada a la “libertad reivindicatoria”, mientras que las últimas manifestaron más “libertad como no acción/pensamiento” y “libertad negada”.

Palabras clave: Auto-representación; libertad; género; minoría social.

INTRODUÇÃO

Na vida atual a representação do eu tornou-se um ingrediente importante de construção social, envolvendo indivíduos, grupos e sociedades. Nesse sentido, numa direção teórica tivemos a proposta de Goffman (1985), que enfatizou a tendência de “administração de imagem” ou de procurar agradar publicamente uma audiência, mantendo ocultos os conteúdos do eu considerados como não esperados socialmente, constituindo uma tendência conformista ou de continuidade das normas e regras já existentes (Jones, et al., 1981; Beauvois e Dubois, 1988; Farr, 1992; Baumeister, 1999). Noutra direção, alguns autores evidenciaram a busca de preservação de identidade social para defender idéias políticas ou religiosas (Wicklund e Gollwitzer, 1982) e de negociar a partir de manifestação de posições próprias contranormativas e, eventualmente, aceitação das dos outros até certo ponto (Moscovici, 1979). Outros, ainda, sublinharam a existência de uma autorreflexão na contemporaneidade, que redundava frequentemente em ruptura com níveis intermediários da vida social (Stryker, 1980; Touraine e Khosrokhavar, 2004).

Acreditamos que a passagem para a modernidade em muitos países seja marcada por conflitos normativos e ideológicos prolongados, muitas vezes implicando em relaxamento do controle social sobre os indivíduos ao nível privado (como a liberdade que se desfruta para produzir ou exibir um filme transgressor, por exemplo), enquanto ao nível público e da sociedade os indivíduos e grupos minoritários tenham, quando muito, aumentado os direitos e ampliado a margem de sobrevivência – fenômenos que têm se expandido e consolidado ultimamente. Contudo, em poucos países em que foi deflagrado esse processo tem ocorrido um claro posicionamento em favor do aumento da autonomia e diferenciação dos mesmos grupos, inclusive para os jovens, que ainda são tutelados ou explicitamente controlados socialmente. Nesse sentido, parece que o aumento da importância da noção de indivíduo associa-se à idéia de liberdade e sua prática, tanto consigo mesmo quanto com os outros (Baumeister, 1998; Owens, 2003; Sedikides e Gregg, 2003), cabendo investigação.

Assim, a liberdade constitui-se em um dos assuntos mais desafiadores para a vida contemporânea. Podemos considerar a liberdade como uma norma social, que tem impacto na construção social do eu, assim como acreditamos que uma afirmação do eu possa levar à busca de liberdade ou interação entre ambos ambientes internos e externos da vida. Ou seja, dependendo da definição de liberdade adotada por indivíduos, grupos e sociedades, podemos supor a adoção de diferentes

formas de autorrepresentação do eu e vice-versa. Para os indivíduos comuns, a liberdade é mais vivida em ambientes sociais mais restritos, como a família e amizade, escola e trabalho, entre outros. Cabe dizer que tem ocorrido uma liberalização geral nos últimos tempos, tornando-se mais legítimo do que no passado decidir sobre o destino individual em função de critérios intrínsecos ao indivíduo, assim como numa sociedade complexa e dinâmica os grupos podem lançar mão de critérios próprios aos mesmos, em detrimento daqueles que são mais convencionais ou partilhados pela maioria de uma sociedade. Assim, temos presenciado mais frequentemente que no passado deslocamentos de indivíduos em função de necessidade de trabalho ou aperfeiçoamento individual, o que não seria possível se houvesse uma hierarquia com prevalência do valor família ou Estado acima dos indivíduos (Arendt, 2004/1963; Da Matta, 1987).

Ao definir os contornos da existência humana identificando o sujeito como um ser-em-situação (Sartre, 1998), o pensamento contemporâneo inaugurou um novo caminho para se pensar o homem em sua relação com o mundo. Nesse cenário despontaram as idéias/práticas que visam fundamentar/realizar a noção de liberdade (Burstow, 2000), ou de noções próximas como a autodeterminação (Tamayo, 2007). Supomos que uma parte importante dos rumos desse debate está sendo pautada por produções de senso comum, muitas vezes fora do ambiente acadêmico e intelectual. Ou seja, há uma produção especializada, muitas vezes em ruptura com o senso comum, que emerge no espaço público e acaba atraindo um público curioso e/ou em busca de soluções para suas indagações. Assim, ao longo da história da modernidade têm surgido idéias/práticas de liberdade, as quais têm sido transformadas, rejeitadas e/ou adotadas na sociedade, de modo diferenciado e/ou em comum (Solomon, 2000; Schwartz, 2001; Santos, 2002; Nascimento, 2006). Mas, é bom dizer que não existe um apoio empírico para essas afirmações como tendências humanas genéricas. Ou seja, alguns trabalhos como a teoria da “reactância psicológica” confirmaram que a privação de autocontrole pode gerar reações, incluindo de agressão a quem o retirou (Brehm, 1966). Já outros autores questionaram essas afirmações com estudos em que sujeitos evitam autocontrole (Burger, 1989; Skowronski e Carlston, 1982; Cf. Baumeister, 1998). Acreditamos que um aprofundamento psicossocial necessário a respeito desses fenômenos passe pelas autorrepresentações do sujeito. Nesse sentido, poderíamos investigar as possíveis relações entre autorrepresentação e concepção/prática de liberdade.

Supõe-se que as sociedades têm construído ao longo do tempo várias formas de se prevenir contra

a liberdade individual e de grupo, uma vez que ela implica em aparente ameaça à ordem, à manutenção de normas/regras sociais estabelecidas. Desta forma, a noção de liberdade deve ser pensada como algo que é móvel, que pode adquirir diferentes sentidos de acordo com os contextos histórico-culturais. Assim, buscar entender e descrever como a liberdade é concebida e praticada entre os jovens/adultos foi o nosso principal objetivo.

No caso específico do jovem, este parece ser objeto de dúvidas e receios por parte dos adultos, uma vez que a juventude é um período da vida em que há uma liberação intelectual, sexual, afetiva, moral, política, entre outras, tornando-se um momento propício para o desvio e o afastamento em relação ao controle social. É através de concepções e práticas sociais que a sociedade se previne contra isso, tornando o tema da liberdade tão apreciado pelos jovens, os quais elaboram discursos e outras formas de ação com o objetivo de viver/meditar a respeito (Oliveira et al, 2001).

Estes saberes partilhados são um fenômeno de sociedades modernas que apresentam um dinamismo social que exige/propicia diferentes perspectivas que coexistem e, às vezes, debatem entre si. Diferentes grupos e indivíduos têm bases histórico-culturais específicas que propiciam visões de mundo próprias.

Desta forma, diferenças intergrupais não apenas possibilitam formas distintas de pensar a realidade, mas também podem estar associadas a conteúdos diferenciados sobre os indivíduos/grupos. Assim, essas concepções podem propiciar posicionamentos diversos perante o mundo, que irão possibilitar formas específicas de ação, interação, de desenvolvimento de autonomia, entre outros. Dentro deste contexto, o estudo das formas de autorrepresentação é de importância fundamental.

No caso de uma sociedade em transformação, poder-se-ia esperar o crescimento de importância da dimensão do sujeito/objeto/sujeito de representação na vida cotidiana, implicando em um papel na construção social da liberdade. Ou seja, tendo em vista que a liberdade é algo construído ativamente em termos de ação/pensamento de indivíduos/grupos particulares, supomos que as autorrepresentações sejam cruciais para se saber como alguém vive/pensa a respeito de liberdade. Contudo, supomos existirem diferenças sociais como entre homens e mulheres, apesar das aproximações ocorridas nas últimas décadas.

Neste aspecto, as mulheres na sociedade brasileira tiveram historicamente menor poder de decisão e ação no âmbito privado, mas principalmente, no espaço público. Apesar de diversas conquistas feministas, pesquisas como a de Goldenberg (2005), sobre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, e a de Souza

e Alvarenga (2007), a respeito de mulheres com união conjugal, apontam, de uma forma geral, que a liberdade é vivida como algo ainda relativo para as mesmas, persistindo várias limitações, principalmente para as mulheres brancas, no caso do último trabalho. Assim, cada vez fica mais evidente que as concepções do eu têm um papel importante para a ação social da mulher na sociedade, o que seria melhor compreendido se fosse observado a partir de uma abordagem que considere a vida psicológica e psicossocial de indivíduos e grupos como não sendo apenas um “reflexo” do que é mais comum na sociedade.

Nossa suposição nesta investigação foi a de que existe uma associação maior entre autorrepresentações “afirmativas” e concepções de liberdade, em termos de ações/pensamentos que afirmam e buscam realizar a liberdade, independente dos seus condicionamentos sociais ou de outro tipo, ao passo que as autorrepresentações “adaptativas” tendem a estar mais associadas positivamente aos conteúdos que condicionam, limitam ou impedem a liberdade.

MÉTODO

Participantes

Foram 117 jovens/adultos na faixa etária entre 19 e 34 anos de idade, sendo 49 homens e 68 mulheres, contatados em locais variados como universidade, praia, etc.

Instrumento e procedimento

Foram apresentadas, como instrumento, duas questões abertas: 1) Quem é você? Apresente-se como quiser. 2) O que é liberdade para você? Além disso, foram feitas questões sobre sexo, idade, escolaridade e autodefinição étnica. Os participantes responderam individualmente estas perguntas.

Análise de dados

Os dados foram analisados segundo os princípios de Análise de Conteúdo propostos por Bardin (1991). As categorias temáticas apresentadas a seguir estão dispostas em tabelas de frequência e porcentagem, em função das duas questões mencionadas. Antes, é preciso mencionar que as categorias temáticas das representações do eu e da liberdade foram organizadas segundo os conteúdos individuais e grupais

Os temas relativos ao eu foram organizados segundo dez tipos de respostas descritas, sucintamente, como se segue: temas de *autoafirmação*, quando o indivíduo apresentou-se a partir de traços de personalidade consensualmente considerados positivos (“inteligente”), para os quais aparentemente não precisa de outro indivíduo para realizá-los; *autocrítica*, a partir

de traços de personalidade negativos e positivos, como se fizesse um balanço (“tenho meus altos e baixos”); *autodepreciação*, quando procurou ressaltar os traços negativos de si (“desastrada”, “feio”); *relação interpessoal afirmativa*, quando procurou apresentar-se em situações de interação em que procura afirmar seus critérios/posições face aos dos outros (“pouco influenciável” ou “não gosto que interfiram na minha vida pessoal”); *relação interpessoal positiva*, quando descreveu-se vivendo situação de convivência em que se faz/sente algo positivo em comum (“namorar”, “gosto muito dos meus amigos”); *relação interpessoal negativa*, quando descreveu-se como vivendo situação de convivência em que procurou de certa maneira boicotar/desfazer a interação sem intuito explícito de valorizar-se ou querer propor algo seu ou de alguém (“chato”, “um pouco bruta com meus sentimentos”); *categorização social*, quando procurou se descrever a partir de categorias demográficas, em geral as usadas pelo IBGE ou por demógrafos (“tenho 20 anos”, “sou estudante”); *identidade de grupo*, ao descrever-se como fazendo parte de um grupo particular ou marca de identidade (“roqueira”, “patricinha”); *valor moral/ético*, quando descreveu-se a partir de seguimento/cumprimento de valores morais/éticos gerais (“justa”, “verdadeira”); *desvio social*, quando apresentou-se a partir de transgressões/rupturas em relação a conteúdos normativos sociais gerais (“rebelde”, “alcoólatra”).

Reunimos os temas autoafirmação, autocrítica, relação interpessoal afirmativa, identidade de grupo e desvio social para compor o chamado Eu Afirmativo, enquanto o Eu adaptativo resultou do agrupamento dos temas de categorização social, relação interpessoal positiva, relação interpessoal negativa, autodepreciação e valor moral/ético.

Os participantes foram divididos em três grupos, de acordo com a prevalência de respostas de cada categoria em: afirmativo (preponderância do “eu afirmativo”); adaptativo (preponderância do “eu adaptativo”); e intermediária (sem preponderância). Os indivíduos foram diferenciados, em relação aos dois primeiros grupos, a partir de uma diferença numérica de pelo menos 25% entre a quantidade de respostas

do eu afirmativo e do eu adaptativo. O restante foi classificado como intermediário.

“Categorias sobre Liberdade”: *Liberdade afirmativa*, quando foi apresentada de forma afirmativa, referindo-se apenas ao seu exercício por parte do indivíduo/grupo particular e/ou a suas atividades e experiências que não impliquem em condicionantes extrínsecos para isso. Exemplos: é assumir a responsabilidade pelos próprios atos; é fazer o que quiser, escolher; sentimento de decisão individual; *Liberdade condicionada*, quando condicionantes externos não relativos ao indivíduo/grupo foram usados para impedir e/ou limitar o seu exercício e/ou considerados como necessários para se ter/viver a liberdade. Exemplos: a liberdade é condicionada; fazer o que quiser, contanto que não prejudique os outros; depende de condições financeiras; *Liberdade reivindicatória*, quando a liberdade foi descrita enquanto uma espécie de reivindicação ou argumento usado para justificar a legitimidade e/ou direito e/ou poder dado por alguma coisa/alguém, definido ou não, para exercer a liberdade. (Exemplos: é um direito; é poder escolher os seus governantes); *Liberdade como não ação/pensamento*, quando as respostas apontaram para uma espécie de perplexidade e/ou bloqueio que dificulta uma elaboração sobre o que é ou não a liberdade (Exemplos: é algo subjetivo; é difícil de dizer; muito complexo; é relativo); *Liberdade negada*, quando a liberdade foi descrita como não existindo.

RESULTADOS

Abaixo apresentamos os principais dados obtidos das análises efetuadas.

Apesar de a comparação total das categorias por grupos de acordo com as representações do eu não terem sido estatisticamente significativas, pudemos observar algumas diferenças pontuais em algumas categorias.

Os participantes que representaram o eu como Afirmativos, tenderam a destacar o uso de temas de *Liberdade reivindicatória*, assim como os Adaptativos e Intermediários a indicarem mais *Liberdade como não ação/pensamento* (ainda que em proporção menor) e *Liberdade negada* (Tabela 1).

TABELA 1
Frequências e percentagens de temas usados como representações do eu e concepções de liberdade.

Liberdade	Eu	Afirmativo (n=43)		Adaptativo (n=35)		Intermediário (n=39)		Total (n=117)
		F %		F %		F %		
Liberdade afirmativa	25	24,03	22	29,73	29	31,86	76	
Liberdade condicionada	23	22,11	17	22,97	20	21,97	60	
Liberdade reivindicatória	38	36,53	15	20,27	20	21,97	73	
Liberdade como não ação/pensamento	16	15,38	15	20,27	17	18,68	48	
Liberdade negada	02	1,92	05	6,75	05	5,49	12	
Total	104	100,00	74	100,00	91	100,00	269	

Os homens tenderam a apresentar, ainda que em menores proporções, representações da *Liberdade Afirmativa* e *Liberdade reivindicatória*, enquanto as mulheres tenderam à *Liberdade como não ação/pensamento* e *Liberdade negada* (Tabela 2).

TABELA 2
Frequências e percentagens de temas usados como representações da liberdade segundo gênero.

Liberdade	Sexo Homem (n=49)		Mulher (n=68)		Total (n=117)
	F %	F %	F %	F %	
Liberdade afirmativa	55	32,54	26	26,00	81
Liberdade condicionada	39	23,07	19	19,00	58
Liberdade reivindicatória	52	30,76	25	25,00	77
Liberdade como não ação/pensamento	17	10,05	23	23,00	40
Liberdade negada	06	3,55	07	7,00	13
Total	169	100,00	100	100,00	269

χ^2 (homem \times mulher)=10,731; gl=4; p<0,0298.

DISCUSSÃO

A partir da descrição dos resultados nas tabelas foi possível constatar que, entre jovens/adultos organizados segundo a autoapresentação, observamos uma tendência comum importante de *Liberdade afirmativa*, confirmando nossa suposição de crescimento da afirmação da liberdade na sociedade, possivelmente mais como uma aspiração. Assim, eles também tenderam a mencionar mais *Liberdade condicionada*, indicando focalização em certo “realismo” quanto às possibilidades de exercício de liberdade existentes. Contudo, eles diferenciaram-se no sentido de que os que se autorrepresentaram como Adaptativos e Intermediários não apenas mostraram *Liberdade afirmativa* mas também se referiram à *Liberdade como não ação/pensamento* e *Liberdade negada*, indicando que a representação do eu pode ter um papel explicativo para a representação da liberdade, merecendo mais pesquisas e reflexões.

Já a comparação entre homens e mulheres a respeito das representações da liberdade, indicou que os primeiros mostraram mais *Liberdade Afirmativa* associada à *Liberdade reivindicatória*, enquanto as últimas manifestaram mais *Liberdade como não ação/pensamento* e *Liberdade negada*. Consideramos que os grupos de gênero manifestaram posicionamentos favoráveis em relação à liberdade. Contudo, entre as jovens poderíamos dizer que vivenciavam a liberdade como algo aparentemente inalcançável ou paralisante em termos de ação e pensamento, como uma “privação de liberdade” (Oliveira e Vieira, 2006) e/ou renúncia à liberdade para confirmar uma norma social.

Podemos supor que a afirmação de liberdade entre grupos sociais minoritários seja mais inibida de manifestação, uma vez que implica em uma ameaça maior às normas vigentes de controle social sobre alguns indivíduos e grupos (Canevatti, 1981; Lorenzi-Cioldi, 1988). Tendo em vista os resultados de outra pesquisa já mencionada (Goldenberg, 2005), existiria uma hierarquia de gêneros em que os homens desfrutariam de direitos (e deveres) não extensíveis às mulheres, de decidir livremente seu destino, por exemplo. É como se os homens tivessem um “passaporte” ou legitimidade para exercer a liberdade e, as mulheres, não. Contudo, acreditamos que a simples expressão/queixa de dependência e falta de autonomia por parte dos mesmos, tal como os participantes da nossa pesquisa de sexo masculino manifestaram (liberdade condicionada e reivindicatória ao mesmo tempo), possa ter um papel mais conservador do que de emancipação, pois indiretamente disponibiliza a minoria para uma recuperação/cooptação política por parte de grupos/indivíduos considerados relativamente mais legítimos ou com mais chances de conduzir a reivindicação dentro do espaço público, como familiares e outros personagens já reconhecidos. Em psicologia do desenvolvimento moral (Kohlberg, 1992; Biaggio, 1998), existem tendências internacionais de os jovens e adultos permanecerem nos níveis mais convencionais de moralidade e de mulheres tenderem a maior cuidado do outro (Gilligan, 1982), apesar de haver controvérsias sobre este último achado, uma vez que no Brasil existiria uma tendência de valorizar a fidelidade independente do gênero (La Taille, 2009), que pode ser considerada como uma forma de manifestar interdependência, possivelmente modulados por diferenças étnicas (Souzas e Alvarenga, 2007).

Tais fatos, tanto de bloqueio quanto de menor expectativa de realização de autodeterminação, podem estar contribuindo para uma tendência de isolamento e fragmentação dos grupos minoritários, organizados mais em torno de indivíduos – considerados mais enquanto ambientes/espacos privados individuais, como o corpo, por exemplo – do que em grupos e organizações coletivas, como no passado fizeram outras minorias sociais diante de certa inércia intragrupal e dificuldade de promoção na sociedade (Kurt Lewin, 1948). Seria necessária uma preparação individual e grupal para negociar com as lideranças políticas e sociais, tal como o preconizado de certo modo pela psicologia das minorias ativas (Moscovici, 1979).

Contudo, supomos que a efetividade de uma retórica minoritária “ativa” tem como pressuposto um ambiente externo público de liberdade e garantias individuais e para grupos minoritários. A crença de reconhecimento social parece existir mais em sociedades onde é possível

negociar no espaço público de igual para igual, onde as retóricas de influência social já ultrapassaram as formas mais tradicionais de fazer política, tais como uso do poder em suas formas materiais e simbólicas, inclusive pressões ou ameaças em que se usa a força do número de adesões a uma idéia; a violência, até mesmo sonora, como os gritos ou os tambores, para impedir o exercício de liberdade de ação de alguém, assim como a conformidade silenciosa em relação às tradições e convenções sociais. Nesse sentido, uma denúncia (ou reivindicação) de algum crime contra direitos humanos ou legislação já estabelecida, quando de prolongada “negociação” pode se tornar parte da confirmação da ordem almejada por indivíduos e grupos dominantes, que moralmente implicam em perdas para as minorias, que assim perdem oportunidades de influenciar na sociedade a partir da ação e iniciativa próprias.

Diante desse quadro pouco estimulante, algumas minorias sociais têm preferido, historicamente, o apelo sentimental ou outras formas de convencimento não racionais, em que não se espera a validação da idéia proposta, mas dar mais oportunidade de exibição de poder dos indivíduos e grupos dominantes, em que as minorias mostram dependência ou infortúnio para permitir o gesto do “bom príncipe”. No caso dos negros, por exemplo, após o fim da escravidão conseguiram se organizar, quase sempre às margens das grandes cidades brasileiras, para praticar mais livremente o Candomblé e outros rituais religiosos afro-brasileiros. À época tais iniciativas foram seguidas por episódios de repressão inclusive policial (Bastide, 1971), levando-os à criação das chamadas “escolas de samba” no caso do Rio de Janeiro abertas para o lazer e entretenimento de não negros, quando esses ambientes passaram a ser vistos como merecendo mais legitimidade pelo menos religiosa. Porém na esfera pública alguns autores duvidaram ou menosprezaram a respeito dos possíveis efeitos diretos na vida dos negros a partir dessas iniciativas, uma vez que elas não implicavam em ganhos/perdas materiais e políticas imediatas. Tais fatos indicam que o critério do poder e suas formas estiveram prevalecendo até recentemente no país, havendo um clima pouco favorável para o exercício da liberdade, em que não se trata apenas de um problema de agenda, mas pouca ou nenhuma disposição para negociar por parte de muitos grupos sociais. Possivelmente, porque o modelo psicopolítico predominante ainda é o aristocrático, em que se concede, doa, perdoa ou impõe, deslegitima, desqualifica, entre outras formas de exercício de poder baseadas em tradições a serem mais conhecidas.

Quer dizer, estes três tipos de posicionamento em relação à autorrepresentação que encontramos –

afirmativa, adaptativa e intermediária – apontam para a coexistência de três discursos sociais que debatem entre si no processo de construção do indivíduo/grupo na sociedade atual, que tende a lidar com o mundo de forma mais autônoma, diferenciada e em terreno próprio ou ao contrário – o que reflete a complexidade do tema. Apesar da constatação do crescimento da afirmação da liberdade na sociedade, as concepções da liberdade encontradas evidenciaram tratar-se de um assunto controvertido, indicando necessidade de mais investigações. Este estudo foi uma das primeiras aproximações a respeito da relação entre formas de autorrepresentação e concepções de liberdade. Muitas questões ainda se colocam sobre este assunto. Aspectos relativos às dinâmicas intra e intergrupais devem ser levadas em consideração em futuros estudos, como identidade étnica, níveis de escolaridade e influência de diferentes contextos na forma de se conceber estas noções.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2004/1963). *Sobre la revolución*. Madri: Alianza Editorial.
- Bastide, R. (1971). *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: USP.
- Bardin, L. (1991). *L'analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Baumeister, R. F. (1998). The self. In D.T. Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey. *The handbook of social psychology* (4ª ed.): (pp. 680-740). New York, Oxford: MacGraw-Hill
- Baumeister, R. F. (1999) Self-presentation. In R. F. Baumeister (ed.). *The self in social psychology*. Philadelphia: Psychology Press.
- Beauvois, J.-L., & Dubois, N. (1988) The norm of internality in the explanation of psychological events. *European Journal of Social Psychology*, 18, 4, 299-316.
- Biaggio, A. (1998). Introdução à teoria de julgamento moral de Kohlberg. In M.L. Tiellet Nunes (org.). *Moral & TV*. Porto Alegre: Evangraf.
- Brehm, J. (1966). *A theory of psychological reactance*. New York: Academic Press.
- Burstow, B. (2000). A filosofia sartreana como fundamento da educação. *Educação & Sociedade*, 21, 103-126.
- Canevatti, M. (org.). (1981). *Dialética do indivíduo*. São Paulo: Brasiliense.
- Da Matta, R. (1987). A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In A. M. Almeida, M. J. Carneiro, & S. G. de Paula (orgs.). *Pensando a família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRRJ.
- Farr, R. M. (1992). Individualism as a collective representation. In V. Aebischer, J.-P. Deconchy, & E. M. Lipiansky (eds.). *Idéologies et représentations sociales* (pp. 129-143). Fribourg: Del Val.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice: psychological theory women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Goffman, E. (1959/1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

- Goldenberg, M. (2005). Dominação masculina e saúde: usos do corpo em jovens das camadas médias urbanas. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 10, 1, 91-96.
- Jones, E. E., Rhodewalt, F., Berglas, S. C., & Skelton, A. (1981). Effects of strategic self-presentation on subsequent self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 407-421.
- Kolberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Biblioteca de Psicología Desclée de Brouwer.
- La Taille, Y. de (2009). As virtudes segundo os jovens. In Y. de La Taille, & M.S. De S. Menin (orgs.). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed.
- Lewin, K. *Resolving social conflicts*. New York: Harper & Row, 1948.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés – Images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorities actives*. Paris: P.U.F.
- Moscovici, S., & Doise, W. (1994). *Dissensions & Consensus*. Paris: P.U.F.
- Nascimento, M. M. (2006). Entre segurança e liberdade: desafios da comunidade na contemporaneidade. *Soc. Estado*, 21, 2, 561-567.
- Oliveira, D.C. de et al. (2001). Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Estud. Psicol.* (Natal), 6, 245-258.
- Oliveira, M. C. S. L., & Vieira, A. O. M. (2006). Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente. *Educação e Pesquisa*, 32, 1, 67-83.
- Owens, T. J. (2003). Self and identity. In J. Delamater (ed.). *Handbook of social psychology*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Santos, C. A. G. dos. (2002). Determinismo e liberdade: uma conciliação possível. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 7, 2, 285-297.
- Sartre, Jean-Paul. (2008). *O ser e o nada*. Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigo. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schwartz, S. (2000). Self-determination: the tyranny of freedom. *American Psychol.*, 1, 79-88.
- Sedikides, C., & Gregg, A. P. (2003). Portraits of the self. In M. A. Hogg, & J. Cooper (orgs.). *The sage handbook of social psychology*. Londres: Thousand Oaks; California: Sage Publications.
- Solomon, R. (2001). In defense of freedom. *American Psychologist*, 1, 79-80.
- Tamayo, A. (2007). Hierarquia de valores transculturais e brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 07-15.
- Souzas, R., & Alvarenga, A. T. de (2007). Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. *Saúde Social*, 16, 2, 125-132.
- Stryker, S. (1980). *Symbolic interactionism: a social structural version*. Menlo Park, CA: Benjamin Cummings.
- Touraine, A., & Khosrokhavar, F. (2004). *A busca de si – diálogo sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Wicklund, R. A., & Gollwitzer, P. M. (1982). *Symbolic self-completion*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Recebido em: 31/05/2009. Aceito em: 15/12/2009.

Autores:

Edson Alves de Souza Filho – Doutor em Psicologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ.

Ana Carolina Falcão Coelho – Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Anderson Scardua – Doutor em Psicologia pela UFRJ. Professor do Centro de Educação e Saúde da UFCG. Atualmente tem trabalhado com a Teoria das Representações Sociais com ênfase nos temas: Música, Educação e Relações Intergrupais.

Enviar correspondência para:

Edson Alves de Souza Filho
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Instituto de Psicologia – UFRJ
Av. Pasteur, 250 – Pavilhão Nilton Campos
CEP 22290-240, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: edsouzafilho@gmail.com